

O Massacre de Sabra e Chatila

Ao amanhecer do século XX, a presença judaica na Palestina era modesta: uma dispersão de **kibutzim** agrícolas, algumas comunidades urbanas e um renascimento do hebraico confinado em grande parte à liturgia e ao aprendizado. A paisagem começou a mudar com o **Acordo Haavara (Transferência)** de 1933 e a **Conferência de Evian** de 1938, que facilitaram ambas – de maneiras muito diferentes – a emigração judaica da Europa controlada pelos nazistas. Em poucos anos, a imigração multiplicou a população judaica na Palestina várias vezes, transformando o equilíbrio demográfico e o horizonte político da terra.

A **Declaração Balfour de 1917**, posteriormente incorporada aos termos do **Mandato Britânico**, prometeu apoio à “estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu”, enquanto – crucialmente – estipulava que “nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes”. No entanto, desde os primeiros dias do movimento sionista, sua liderança falava de *conquista* e *colonização* como etapas necessárias para a formação do Estado. Pensadores como Theodor Herzl, Chaim Weizmann e mais tarde David Ben-Gurion debatiam não se um Estado judeu deveria existir na Palestina, mas como protegê-lo e expandi-lo em uma terra já habitada.

Para a população nativa – muçulmanos, cristãos e judeus igualmente – a perspectiva de imigração em grande escala sob um mandato colonial provocou tanto ansiedade quanto resistência. As revoltas árabes do final dos anos 1930 refletiam o medo de que o que era apresentado como um refúgio da perseguição europeia se tornasse, na prática, um instrumento de despossessão. O que havia começado como comunidades paralelas sob o domínio otomano estava sendo reformulado em projetos nacionais rivais sob supervisão britânica.

A Nakba

Em novembro de 1947, o **Plano de Partilha da ONU (Resolução 181)** propôs dividir a terra em dois Estados, atribuindo **56% da Palestina** à população judaica, que na época constituía cerca de um terço dos habitantes e possuía cerca de **7% da terra**. Para a maioria árabe palestina, isso parecia menos um compromisso do que uma despossessão sancionada por um decreto internacional. Quando a guerra civil eclodiu entre as comunidades e os britânicos se retiraram, as forças sionistas moveram-se rapidamente para garantir e expandir o território que lhes fora alocado.

Em 1948, os eventos aceleraram além do recall. A luta armada que paramilitares sionistas – particularmente a **Irgun** e a **Lehi** – travavam contra comunidades árabes e a administração britânica se ampliou em uma insurreição aberta. Seus bombardeios e assassinatos se estenderam muito além da Palestina; um ataque atingiu até mesmo a **embaixada britânica em Roma**. Exaustos e cada vez mais incapazes de conter a violência, os **britânicos**

renunciaram ao seu mandato, passando a intratável questão da Palestina para as recém-formadas **Nações Unidas**.

O resultado foi a **Nakba** – “a Catástrofe” –, na qual mais de **700.000 palestinos** foram expulsos ou fugiram de seus lares em meio a campanhas sistemáticas de intimidação e destruição. Vilarejos foram arrasados, famílias dispersas por Estados árabes vizinhos, e uma sociedade nacional desmantelada quase da noite para o dia. As Nações Unidas reconheceram seu sofrimento através da **Resolução 194** (dezembro de 1948), afirmando o direito dos refugiados a retornar ou receber compensação. No entanto, essa promessa nunca foi cumprida. Sua não implementação permitiu que Israel consolidasse suas novas fronteiras e que os países árabes anfitriões tratassem a presença dos refugiados como *temporária* – uma condição provisória que perdura há mais de sete décadas.

A Diáspora Palestina

A violência de 1948 deixou um panorama de ruínas e exílio. Entre **10.000 e 15.000 palestinos** foram mortos durante os combates, enquanto milhares de outros foram feridos em massacres e expulsões enquanto cidades e vilarejos caíam. A pesquisa contemporânea, incluindo a documentação meticulosa do historiador **Walid Khalidi** em *All That Remains*, registra a destruição de **mais de 400 vilarejos palestinos**, alguns completamente apagados do mapa, suas ruínas posteriormente sobrepostas por novas colônias israelenses ou florestas plantadas pelo Fundo Nacional Judaico para ocultar traços de habitação.

No verão de 1949, a **população de refugiados havia atingido cerca de 750.000**, de uma população árabe pré-guerra de 1,2 milhão. Famílias fugiram em ondas: primeiro de cidades costeiras como Jaffa, Haifa e Acre; depois da Galileia e das terras altas centrais enquanto milícias sionistas – em breve integradas às **Forças de Defesa de Israel (FDI)** – avançavam sob o **Plano Dalet**, um blueprint estratégico que autorizava a despovoamento de áreas consideradas hostis ou vitalmente estratégicas.

Os países vizinhos absorveram a maré humana de forma desigual.

- A **Jordânia** recebeu a maior parte, cerca de **350.000**, muitos dos quais mais tarde adquiriram cidadania jordana.
- **Gaza**, sob administração egípcia, recebeu cerca de **200.000**, inchando sua estreita faixa em uma das áreas mais densamente povoadas da Terra.
- O **Líbano** recebeu cerca de **100.000–120.000**, que foram colocados em acampamentos construídos às pressas ao redor de Tiro, Sidon e Beirute.
- A **Síria** aceitou **80.000–90.000**, reassentando-os ao redor de Damasco e Aleppo. Números menores alcançaram o **Iraque** e o **Egito propriamente dito**, embora esses refugiados frequentemente se mudassem novamente em busca de estabilidade e trabalho.

As Nações Unidas estabeleceram em 1949 a **Agência de Socorro e Trabalhos para Refugiados da Palestina (UNRWA)** para fornecer alimentos, abrigo e escolarização. No entanto, o mandato da agência – destinado a uma medida humanitária temporária pendente de repatriação – tornou-se o andaime de um limbo permanente. Embora a **Resolução 194**

reconhecesse o direito dos refugiados ao retorno, nem a comunidade internacional nem o novo Estado de Israel tomaram medidas para implementá-la. Os Estados árabes anfitriões, citando a mesma resolução, recusaram-se a conceder cidadania, insistindo que isso legitimaria a recusa de Israel em repatriar os deslocados. Assim, desde o início, os refugiados de 1948 ficaram presos entre duas negações: a negação do retorno e a negação de pertencimento.

Refugiados Palestinos no Líbano

O Líbano, o menor dos Estados vizinhos da Palestina, carregou um fardo desproporcional em relação ao seu tamanho e à frágil estrutura social. Quando as primeiras ondas de refugiados cruzaram sua fronteira sul em 1948, chegaram exaustos, frequentemente a pé ou em burros, carregando apenas as chaves de suas casas e títulos de suas propriedades perdidas. Entre 1948 e 1949, cerca de **100.000 a 120.000 palestinos** entraram no Líbano – cerca de um sexto da população total de refugiados criada pela guerra. A recém-estabelecida **Agência de Socorro e Trabalhos das Nações Unidas (UNRWA)** registrou **127.000** deles até 1952, instalando famílias em acampamentos improvisados perto de Tiro, Sidon, Trípoli e nos subúrbios de Beirute.

A recepção no Líbano foi moldada por seu próprio **equilíbrio confessional** – uma delicada divisão de poder entre cristãos maronitas, muçulmanos sunitas e xiitas, e drusos – e pelo medo generalizado de que conceder cidadania a dezenas de milhares de refugiados majoritariamente sunitas perturbasse esse equilíbrio. Ao contrário da Jordânia, que mais tarde naturalizou muitos palestinos, o Líbano os manteve **apátridas**, oferecendo residência mas não nacionalidade. Eles foram rotulados como *hóspedes*, um termo que implicava tanto proteção temporária quanto exclusão política.

Inicialmente, os refugiados viviam em tendas armadas em lotes lamacentos, dependentes de rações da UNRWA e ajuda de emergência. Com o tempo, as tendas deram lugar a barracos com telhados de zinco e, mais tarde, a cabanas de concreto, mas sua **impermanência legal** permaneceu codificada. Por lei, os palestinos eram proibidos de possuir propriedades, ingressar em sindicatos ou trabalhar em mais de setenta profissões, incluindo medicina, direito e engenharia. O movimento entre acampamentos e cidades exigia permissões; o acesso à educação e aos cuidados de saúde dependia do sistema da UNRWA, perpetuamente subfinanciado.

Doze acampamentos oficiais eventualmente tomaram forma, de **Ein el-Hilweh** perto de Sidon – agora o maior do Líbano – a **Chatila** e **Bourj el-Barajneh** em Beirute. A superpopulação logo atingiu densidades atordoadoras: em Chatila, **30.000 pessoas viviam em menos de meio quilômetro quadrado**. A infraestrutura era mínima; sistemas de esgoto e água deterioravam-se; a eletricidade piscava por algumas horas por dia. No entanto, em meio à privação, os acampamentos também se tornaram espaços de resiliência – com escolas, clínicas e organizações políticas que sustentavam uma identidade coletiva ancorada no *direito ao retorno*.

As autoridades libanesas, apoiadas por grande parte do establishment político, insistiam que a presença palestina era temporária. Essa insistência não era apenas demográfica,

mas ideológica: argumentava-se que integrar os refugiados dissolveria a própria reivindicação de que eles deveriam um dia retornar à sua pátria. Como resultado, o **exílio palestino no Líbano tornou-se tanto uma condição humanitária quanto uma declaração política** – um testemunho visível de uma ferida que o mundo árabe jurou nunca curar prematuramente.

O Direito ao Retorno

Por décadas, os acampamentos não foram apenas uma geografia de exílio, mas uma emergência moral queimando lentamente. Imagine gerações nascidas em becos de tendas onde a casa de seus avós existe apenas na memória de uma chave guardada sob o travesseiro – onde você é dito, repetidamente e oficialmente, que nunca pertencerá. Após mais de trinta anos em que o **direito ao retorno** permaneceu uma promessa no papel, resoluções da ONU ecoaram mas não foram impostas, e os Estados anfitriões trataram o deslocamento como um problema administrativo temporário, muitos palestinos no Líbano enfrentaram uma aritmética sombria: sem cidadania, trabalho limitado, educação restrita e nenhuma rota legal para reclamar terra ou dignidade. A pobreza não era meramente material; era jurídica: uma condição produzida e reforçada por leis e políticas que tornavam a permanência impossível.

Não é difícil ver como tal condição radicaliza. Quando remédios diplomáticos param e instituições internacionais falham em impor, pessoas comuns frequentemente recorrem a ferramentas ao seu alcance – política organizada primeiro, e então, para alguns, resistência armada. O surgimento da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e seus grupos de guerrilha deve ser lido contra esse pano de fundo de despossessão. Para muitos refugiados, pegar em armas não era uma ideologia abstrata, mas uma resposta concreta a uma humilhação cotidiana: a negação de direitos civis e econômicos básicos, o selamento de fronteiras e a lenta apagamento do lar. Para uma população que assistiu vilarejos arrasados e vizinhos expulsos em 1948, e então viu o sistema internacional reconhecer seus direitos sem impô-los, a violência começou a parecer a única linguagem capaz de produzir atenção, alavancagem e – por mais tragicamente – segurança.

Essa lógica humana ajuda a explicar por que facções armadas estabeleceram bases nos acampamentos e ao redor deles, por que organizaram serviços sociais lá, e por que os acampamentos se tornaram militarizados com o tempo. Isso não desculpa os danos que se seguiram. Operações de guerrilha através da fronteira israelense convidavam represálias que caíam esmagadoramente sobre civis; punições coletivas aprofundavam medos libaneses e forneciam pretextos para medidas mais duras. Em resumo, a virada para a força criou um loop de feedback: a apatridia e a marginalização empurraram partes da população refugiada para o militantismo; o militantismo elicitou respostas militares e delegitimação política; essas respostas reforçaram a exclusão dos refugiados.

Visto dessa forma, a invasão de 1982 – e o massacre que se seguiu em Sabra e Chatila – não foi uma ruptura espontânea, mas o ponto final catastrófico de uma cadeia forjada por direitos falidos, remédios truncados e ciclos escaldantes de retaliação. A complexidade moral é clara: o Estado e o sistema internacional que produziram o limbo dos acampa-

mentos carregam responsabilidade por criar condições em que as pessoas se sentiram compelidas a resistir – mas resistência que toma forma violenta, especialmente quando visa civis, também produz novas vítimas e alarga o abismo moral.

O Direito à Resistência

O direito internacional em si oferece alguma base para como essas escolhas foram justificadas mais tarde. Sob a **Quarta Convenção de Genebra** e o **Protocolo Adicional I de 1977**, uma população vivendo sob **ocupação estrangeira** tem o direito de resistir a essa ocupação – incluindo, em certas circunstâncias, por meios armados – contanto que tal resistência respeite as proibições contra o targeting de civis. A Assembleia Geral das Nações Unidas reafirmou esse princípio repetidamente nos anos 1960 e 1970 em resoluções reconhecendo “a legitimidade da luta de povos sob dominação colonial e estrangeira para exercer seu direito à autodeterminação”.

Se essas disposições se aplicam a palestinos **vivendo em exílio** em vez de diretamente sob ocupação é debatido. Sua terra e lares permaneceram sob o controle do Estado de Israel, no entanto eles próprios estavam confinados em territórios vizinhos, negado o retorno, e efetivamente apátridas. Para muitos pensadores e juristas palestinos, esse exílio não anulou o direito à resistência; ele apenas deslocou o campo de batalha. Em sua visão, o direito à resistência armada se estendia a um povo cuja *ocupação os seguira através das fronteiras* – através de expulsão, bloqueios e incursões militares nos próprios acampamentos de refugiados.

Na prática, esses argumentos legais fizeram pouco para alterar a realidade vivida: Israel considerava toda atividade armada do solo libanês como agressão, enquanto o Líbano tratava os combatentes refugiados como tanto hóspedes quanto passivos. O resultado foi um Estado dentro de um Estado – a **presença quasi-autônoma da OLP no sul do Líbano** –, tolerada por algumas facções e desprezada por outras. À medida que os anos 1970 avançavam, os acampamentos se tornaram não apenas símbolos de despossessão, mas também linhas de frente em um conflito regional em expansão.

A OLP no Líbano

No final dos anos 1960, os acampamentos de refugiados libaneses haviam se tornado o epicentro do movimento nacional palestino no exílio. Após a **Guerra dos Seis Dias de 1967** e a ocupação israelense da Cisjordânia e de Gaza, grupos de resistência palestinos se viram dispersos pelo mundo árabe, suas bases na Jordânia, Síria e Líbano se transformando em nós de uma luta transnacional.

Em **setembro de 1970**, a monarquia jordaniana expulsou a OLP após uma guerra civil sangrenta conhecida como *Setembro Negro*. Milhares de combatentes fugiram para o norte através da fronteira para o Líbano, onde os acampamentos ofereciam tanto refúgio quanto recrutas prontos. O influxo transformou o equilíbrio político do Líbano. A OLP construiu uma administração paralela – operando escolas, hospitais e sistemas de bem-estar através de sua **Sociedade do Crescente Vermelho Palestino**, enquanto organizava

asas armadas como **Fatah**, a **Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP)** e a **Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP)**.

Para muitos refugiados, a chegada da OLP simbolizava empoderamento: pela primeira vez desde 1948, os palestinos não eram meros receptores de ajuda, mas agentes de seu próprio destino. Para grande parte do establishment político libanês, no entanto, parecia um Estado dentro de um Estado. Raids transfronteiriços no norte de Israel atraíam contra-ataques aéreos de retaliação que matavam civis libaneses e destruíam infraestrutura, aprofundando o ressentimento entre comunidades que não haviam escolhido hospedar uma guerra.

A coexistência incômoda entre o Estado libanês e a OLP foi formalizada no **Acordo do Cairo de 1969**, negociado pelo Egito. Ele concedeu aos palestinos autonomia limitada nos acampamentos e o direito de portar armas para o propósito de resistência contra Israel – uma concessão sem precedentes em território libanês soberano. Por um tempo, esse arranjo manteve um equilíbrio frágil: o Líbano poderia reivindicar solidariedade com a causa palestina enquanto transferia a responsabilidade pelo bem-estar e segurança dos refugiados.

Mas à medida que as tensões sectárias do próprio Líbano pioravam, o arranjo desmoronou. A força militar e a influência política da OLP cresceram, alinhando-a com facções esquerdistas e muçulmanas na **guerra civil libanesa de 1975–1990**, enquanto milícias cristãs de direita, particularmente os **Falangistas**, passaram a ver os palestinos como tanto uma ameaça demográfica quanto um exército estrangeiro. Confrontos entre Falangistas e forças alinhadas à OLP eclodiram por Beirute e o sul, transformando bairros e acampamentos em linhas de frente.

Israel, observando o caos através da fronteira, começou a ver o Líbano não apenas como uma ameaça de segurança, mas como uma oportunidade. A liderança israelense buscou neutralizar a OLP militarmente enquanto cultivava alianças com milícias cristãs que compartilhavam um inimigo comum. A partir do final dos anos 1970, Israel forneceu armas, treinamento e apoio logístico ao **Exército do Sul do Líbano (ESL)** e elementos do **movimento falangista**, construindo efetivamente uma força proxy ao longo de sua fronteira norte.

Em **março de 1978**, após um ataque da OLP à rodovia costeira de Israel que matou trinta e oito civis, Israel lançou a **Operação Litani**, invadindo até o rio Litani e matando mais de mil civis libaneses e palestinos. Embora a operação fosse justificada como uma medida antiterrorista, seu objetivo subjacente era empurrar a OLP para o norte e estabelecer uma zona tampão patrulhada pela ESL. A **Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FINUL)** foi implantada em resposta, mas seu mandato era fraco e sua presença amplamente simbólica.

Os anos seguintes testemunharam um ciclo de escalada: raids da OLP, ataques aéreos israelenses, bombardeios de retaliação e o enraizamento gradual de ambos os lados. Em **1981**, oficiais israelenses reivindicavam mais de duzentas mortes israelenses anualmente por fogo transfronteiriço, enquanto cidades libanesas sofriam bombardeios regulares em

retaliação. No mesmo período, **Ariel Sharon**, então ministro da Defesa de Israel, concebeu um plano mais amplo – esmagar a OLP militarmente, expulsá-la do Líbano e instalar um governo amigável liderado por cristãos em Beirute sob **Bashir Gemayel**, o líder falangista maronita.

A Invasão de 1982: Operação Paz para a Galileia

Em **6 de junho de 1982**, Israel lançou uma invasão em grande escala do Líbano sob o codinome **Operação Paz para a Galileia**. Oficialmente, o objetivo declarado era limitado: empurrar forças de guerrilha palestinas quarenta quilômetros ao norte da fronteira para parar o fogo de foguetes transfronteiriço. Na realidade, o escopo da operação fora delineado de forma muito mais ambiciosa pelo ministro da Defesa **Ariel Sharon** e aprovado pelo primeiro-ministro **Menachem Begin**. Os objetivos não declarados incluíam a destruição da **infraestrutura militar e política da OLP**, a expulsão de sua liderança do Líbano e a instalação de um governo pró-Israel em Beirute sob **Bashir Gemayel**, o líder falangista maronita.

A escala do ofensivo revelou sua verdadeira intenção. Quase **60.000 soldados israelenses**, apoiados por **800 tanques, brigadas blindadas e esquadrões aéreos**, cruzaram a fronteira em investidas coordenadas ao longo da costa, através das terras altas centrais e no vale Bekaa oriental. A invasão rapidamente sobrepujou posições da FINUL e vilarejos libaneses, avançando bem além do limite de 40 quilômetros em dias. Até 8 de junho, as forças israelenses haviam capturado **Tiro e Sidon**; até 14 de junho, **Beirute** em si estava cercada – uma cidade de quase um milhão de civis, agora sitiada.

O custo humano foi atordoante. De acordo com estimativas do governo libanês, **aproximadamente 17.000–18.000 pessoas** – esmagadoramente civis – foram mortas na fase inicial da guerra, e milhares de outras feridas. Bairros inteiros em Sidon e Beirute Oeste foram achatados sob bombardeio sustentado. Jornalistas no local, incluindo **Robert Fisk** e **Thomas Friedman**, descreveram cenas de destruição apocalíptica: hospitais funcionando à luz de velas, corpos empilhados em becos e crianças carregando bandeiras brancas enquanto procuravam água.

O Cerco de Beirute

Até o final de junho, os combatentes restantes da OLP – cerca de **11.000** – estavam entrincheirados em Beirute Oeste, cercados pelas Forças de Defesa de Israel (FDI) por terra, mar e ar. O cerco durou quase dez semanas. Artilharia israelense e ataques aéreos martelaram os bairros densamente povoados dia e noite, cortando eletricidade, comida e suprimentos médicos. Hospitais como o Hospital Gaza e Makassed foram sobrecarregados. O número de mortos aumentava diariamente. Diplomatas ocidentais compararam o bombardeio ao cerco de Stalingrado, notando que o poder de fogo de Israel contra uma população civil encurralada era “completamente desproporcional”.

A indignação internacional montou. O **Conselho de Segurança da ONU** condenou a invasão na **Resolução 508**, chamando por um cessar-fogo imediato. O enviado americano **Phi-**

lip Habib negociou incansavelmente para mediar uma trégua. Após semanas de pressão, um acordo foi alcançado em **agosto de 1982**:

- A **OLP evacuari**a Beirute sob a proteção de uma **Força Multinacional (FMN)** composta por tropas americanas, francesas e italianas.
- Israel pararia seu avanço e garantiria a segurança dos civis deixados para trás.
- A FMN permaneceria temporariamente para supervisionar a transição e prevenir represálias.

Entre **21 de agosto e 1º de setembro**, quase **14.400 combatentes da OLP** e suas famílias partiram de Beirute para a Tunísia, Síria e outros Estados árabes. A evacuação foi conduzida sob supervisão internacional e aclamada na época como um sucesso diplomático – um fim ordenado ao cerco que finalmente poderia estabilizar o Líbano.

Mas a paz provou-se ilusória. Israel não se retirou da periferia de Beirute como prometido; suas forças permaneceram posicionadas ao redor da cidade. Em **14 de setembro**, apenas dias após o último comboio da OLP zarpar do porto, uma explosão maciça rasgou o quartel-general falangista em Beirute Leste, matando o presidente eleito **Bashir Gemayel** – o principal aliado de Israel e a pedra angular da visão política pós-guerra de Sharon. O assassinato, atribuído a um membro do Partido Nacional-Socialista Sírio, destruiu os planos de Israel e mergulhou o Líbano de volta ao caos.

O Massacre de Sabra e Chatila

Quando tanques israelenses entraram em **Beirute Oeste** em **15 de setembro de 1982**, o bairro **Sabra** e o acampamento de refugiados adjacente de **Chatila** ficavam dentro da área que eles rapidamente selaram. Esses eram distritos densamente povoados, lar de cerca de **20.000–30.000 civis**, principalmente refugiados palestinos e famílias xiitas libanesas pobres. Os últimos combatentes da OLP haviam deixado a cidade duas semanas antes. O que restava eram civis desarmados – homens, mulheres, crianças e idosos – acreditando que estavam sob a proteção do cessar-fogo garantido pelos Estados Unidos e Israel.

O assassinato de **Bashir Gemayel**, o líder falangista, forneceu o pretexto para vingança. Na tarde de **16 de setembro**, o **ministro da Defesa Ariel Sharon** e o **chefe de gabinete Rafael Eitan** se encontraram com **comandantes falangistas**, incluindo **Elie Hobeika**, no posto de comando avançado das Forças de Defesa de Israel perto do Aeroporto Internacional de Beirute. Os Falangistas – aliados próximos de Israel – foram autorizados a entrar nos acampamentos “para erradicar restos terroristas”. Oficiais israelenses coordenaram a logística, forneceram transporte e cercaram a área com tropas e veículos blindados. Eles também dispararam **sinalizadores de iluminação** ao longo das noites para facilitar as operações das milícias.

Uma vez dentro, as unidades falangistas começaram a matar indiscriminadamente. Ao longo das próximas **quarenta horas**, da noite de quinta-feira até a manhã de sábado, eles se moveram de casa em casa, executando famílias inteiras, estuprando mulheres e enterando corpos em valas comuns com bulldôzers. Muitas vítimas foram baleadas à queima-

roupa; outras mortas com facas ou granadas. Sobreviventes mais tarde descreveram ruas forradas de cadáveres e o fedor de decomposição enchendo o ar.

Ao longo do massacre, **soldados israelenses mantiveram cordões** ao redor dos acampamentos, controlando pontos de entrada e saída. Relatos de atrocidades começaram a vazar para comandantes israelenses por rádio em horas. Observadores da **Cruz Vermelha Internacional** e jornalistas em distritos vizinhos também alertaram oficiais da FDI sobre assassinatos em massa. No entanto, o exército não interveio. Os assassinatos continuaram por quase dois dias inteiros antes que as milícias fossem finalmente ordenadas a sair às 8:00 da manhã de **18 de setembro**, após indignação internacional e protestos diretos dos EUA.

Vítimas e Evidências

O número de mortos permanece disputado, mas horrendo em qualquer contagem.

- O **Comitê Internacional da Cruz Vermelha** relatou pelo menos **1.500 corpos recuperados**, com mortes totais possivelmente alcançando **3.000**.
- Uma **investigação da Assembleia Geral da ONU (1982)** estimou entre **2.750 e 3.500** mortos.
- A **Comissão Kahan israelense** confirmou **700–800** vítimas identificadas, mas reconheceu que muitos mais pereceram.

Entre os mortos estavam palestinos, xiitas libaneses e alguns sírios – virtualmente todos civis.

Responsabilidade e Cumplicidade

Embora o massacre tenha sido executado pela **milícia falangista**, a **envolvimento da estrutura de comando israelense** em habilitar a operação era inegável. As forças israelenses haviam:

- **Autorizado** a entrada dos Falangistas nos acampamentos.
- **Cercado** a área, impedindo civis de fugir.
- **Iluminado** o céu noturno para a conveniência dos assassinos.
- **Recebido relatórios** de assassinatos em massa e nada feito por quase dois dias.

Quando os primeiros jornalistas internacionais – incluindo **Robert Fisk, Loren Jenkins** e **Janet Lee Stevens** – entraram em Chatila em 18 de setembro, encontraram um pesadelo: becos entupidos de corpos, fossas escavadas por bulldôzers cheias de cadáveres e sobreviventes vagando em choque. As imagens queimaram na consciência global e despedaçaram a reivindicação de Israel de que buscava “paz para a Galileia”.

Investigações e Reação Global

O massacre provocou indignação internacional imediata. A **Assembleia Geral da ONU**, na **Resolução 37/123** (dezembro de 1982), condenou-o como um “ato de genocídio” e responsabilizou Israel por falhar em preveni-lo. No próprio Israel, a raiva pública atingiu níveis

sem precedentes: cerca de **400.000 pessoas** – quase um décimo da população – marcharam em **Tel Aviv** exigindo prestação de contas.

Sob pressão pública, o governo israelense estabeleceu em 1983 a **Comissão de Inquérito Kahan**. Suas descobertas foram condenatórias, embora cuidadosamente redigidas. A comissão decidiu que:

- Israel carregava “**responsabilidade indireta**” pelo massacre.
- **Ariel Sharon** era “pessoalmente responsável” por falhar em tomar ação para prevenir o derramamento de sangue apesar de avisos claros.
- Outros altos funcionários, incluindo **Rafael Eitan**, carregavam “culpa pessoal”.

Sharon foi forçado a renunciar como ministro da Defesa, embora permanecesse no gabinete e, duas décadas depois, se tornasse primeiro-ministro. Nenhum oficial israelense ou falangista foi jamais processado criminalmente pelo massacre. Em 2001, sobreviventes buscaram justiça através de um **caso de crimes de guerra belga** contra Sharon e outros, mas o caso foi descartado por motivos de jurisdição em 2003.

A **Força Multinacional (FMN)** – cuja retirada anterior deixara os acampamentos desprotegidos – retornou a Beirute no final de setembro de 1982, mas sua presença não poderia desfazer o que já havia ocorrido. Dentro de meses, nova violência irrompeu: atentados suicidas contra tropas americanas e francesas, a retirada de forças ocidentais e a descida mais profunda do Líbano ao caos. Em meio às ruínas de Beirute Oeste, sobreviventes de Sabra e Chatila enterraram seus mortos em valas comuns cavadas às pressas e iniciaram o longo, invisível trabalho de luto.

No **Líbano**, Sabra e Chatila aprofundaram feridas sectárias. Para milícias cristãs, isso cimentou um legado de culpa e retaliação; para comunidades xiitas e palestinas, tornou-se um símbolo de reunião de sofrimento e injustiça. A guerra civil arrastou-se por mais oito anos, deixando cerca de **150.000 mortos** antes que o **Acordo de Taif (1989)** finalmente restaurasse uma paz precária. No entanto, os refugiados permaneceram excluídos desse pacto nacional, ainda sem cidadania ou direitos de propriedade, ainda confinados aos acampamentos que haviam sido os lares de seus pais e avós.

Internacionalmente, o massacre expôs as limitações do direito humanitário quando falta vontade política. As **resoluções da ONU**, as **Convenções de Genebra** e o conceito nascente de “**responsabilidade de proteger**” proclamavam todas obrigações de prevenir atrocidades, no entanto nenhuma se traduziu em imposição efetiva. O caso belga de crimes de guerra no início dos anos 2000 reabriu brevemente a questão de responsabilidade, mas foi ultimamente limitada por reforma jurisdicional. Até hoje, nenhum tribunal julgou os assassinatos em Sabra e Chatila.

Culturalmente, o massacre perdura como ferida e espelho. Filmes como **Vals com Bashir de Ari Folman** (2008) exploram as memórias assombradas de cumplicidade de soldados israelenses; obras literárias como **Portão do Sol de Elias Khoury** e **Piedade pela Nação de Robert Fisk** documentam a devastação humana com intimidade cortante. Para os palestinos, o aniversário a cada setembro é menos uma comemoração do que um ritual de

continuidade – um lembrete de que a mesma apatridia que os deixou desprotegidos em 1982 persiste hoje nos acampamentos libaneses e através dos territórios ocupados.

Quarenta anos depois, **Sabra e Chatila** permanece mais que um episódio histórico; é um marco moral. Ele força uma confrontação com as consequências do deslocamento não curado, de promessas não cumpridas, de impunidade não desafiada. Ele mostra que quando um povo inteiro é despojado de pertencimento legal, a violência não se torna uma aberração, mas uma inevitabilidade aguardando sua hora.

Os sobreviventes do massacre agora são idosos, suas memórias desbotando no registro histórico, mas seu testemunho perdura como um aviso – que os direitos dos apátridas são a medida da consciência do mundo. No final, Sabra e Chatila não é apenas a história de um massacre; é a história da questão inacabada do século XX: *quanto tempo a justiça pode ser adiada antes que a história se repita?*

Epílogo: A Geografia do Exílio

A **Nakba** e **Sabra e Chatila** não são tragédias isoladas, mas capítulos de um único continuum – uma história de seres humanos tornados invisíveis pelo poder, de leis proclamadas mas não impostas, de memória armada e esquecida por sua vez. Cada momento nessa cadeia nos lembra que o sofrimento, quando não reconhecido, se reproduz em novas formas e em novos terrenos.

A promessa de justiça permaneceu em grande parte retórica. No entanto, a persistência daqueles que se lembram – os sobreviventes que ainda seguram chaves para lares desaparecidos, as crianças que crescem em acampamentos de refugiados ainda aguardando o retorno – testemunha algo indestrutível: a recusa em deixar o apagamento ser o veredicto final.

Se há uma lição nessa história, é que nenhuma segurança construída sobre desposseção pode perdurar, e nenhuma paz que exclui a justiça pode durar. Enquanto o direito dos deslocados a viver com dignidade – seja pelo retorno ou pertencimento reconhecido – não for honrado, a geografia do exílio continuará a se expandir, e os fantasmas de **Sabra e Chatila** caminharão ao nosso lado todos.

Referências

- Al-Hout, B. N. (2004). *Sabra and Shatila: September 1982*. London: Pluto Press.
- Arens, M. (1982). Statements to the *Washington Post*, June 1982.
- Brynen, R. (2022). *Palestinian Refugees in Lebanon*. Beirut: Institute for Palestine Studies.
- Fisk, R. (1990). *Pity the Nation: Lebanon at War*. Oxford University Press.
- Folman, A. (Director). (2008). *Waltz with Bashir* [Film]. Sony Pictures Classics.
- General Assembly of the United Nations. (1947). *Resolution 181 (II): Future Government of Palestine*.
- General Assembly of the United Nations. (1948). *Resolution 194 (III): Palestine - Progress Report of the United Nations Mediator*.

- General Assembly of the United Nations. (1982). *Resolution 37/123: The Situation in the Middle East*.
- International Committee of the Red Cross (ICRC). (1982). *Field Reports on the Lebanon Conflict*. Geneva.
- Israeli Government. (1983). *Report of the Commission of Inquiry into the Events at the Refugee Camps in Beirut (Kahan Commission)*. Jerusalem: State of Israel.
- Khalidi, W. (1992). *All That Remains: The Palestinian Villages Occupied and Depopulated by Israel in 1948*. Institute for Palestine Studies.
- Khoury, E. (2006). *Gate of the Sun*. New York: Archipelago Books.
- Peteet, J. (2005). *Landscape of Hope and Despair: Palestinian Refugee Camps*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Security Council of the United Nations. (1982). *Resolutions 508 and 521 (1982): Ceasefire and Situation in Lebanon*.
- Shlaim, A. (2000). *The Iron Wall: Israel and the Arab World*. New York: W. W. Norton.